

Estado e prefeitos defendem fim do contrato com Enel

Chefes de Executivo da região e da Grande SP assinam carta depois de realizar encontro com o governador Tarcísio

Prefeitos da região assinaram ontem, após reunião com o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com o ministro Augusto Nardes, do TCU (Tribunal de Contas da União), e com outros chefes de Executivo municipais da Região Metropolitana, documento em que cobram intervenção federal na concessão da Enel Distribuidora São Paulo ou a caducidade do contrato em vigor. Estiveram presentes os mandatários de São Bernardo, Orlando Morando; São Caetano, José Auricchio Júnior; Ribeirão Pires, Guto Volpi; Rio Grande da Serra, Penha Fumagalli – além da vice de Diadema, Patrícia Ferreira. A carta, que foi endereçada ao TCU, destaca a “incapacidade de prestação de serviço essencial e indispensável à população, e à altura do que o contrato de concessão exige”. Ontem, quarto dia de apagão, 11,5 mil pontos no Grande ABC seguem sem luz. **Selecidades 4**

Prefeitos da região assinam carta por intervenção federal na Enel

Reunião com governador do Estado e com outros chefes de municípios afetados resulta em documento que pede providências ao TCU

Prefeitos da região assinaram ontem, após reunião com o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com o ministro Augusto Nardes, do TCU (Tribunal de Contas da União), e com outros chefes de executivos municipais da Região Metropolitana, um documento em que cobram intervenção federal na concessão da Enel Distribuidora São Paulo ou a caducidade do contrato em vigor.

Estiveram presentes os atuais mandatários de Ribeirão Pires, Guto Volpi, de Rio Grande da Serra, Penha Fumagalli, de São Bernardo, Orlando Morando, e de São Caetano, José Auricchio Júnior – além da vice de Diadema, Patrícia Ferreira.

“A sugestão que a gente faz, e é urgente, senão na próxima chuva a gente vai estar aqui passando pelo mesmo problema, é a intervenção na empresa. É necessário que, durante a intervenção, a gente possa abrir o processo de caducidade, de extinção (do contrato), porque a empresa

já se mostrou incapaz de prestar um serviço de qualidade no Estado de São Paulo, um estado que representa um terço do PIB brasileiro”, disse Tarcísio após a reunião.

A carta endereçada ao TCU pede que o tribunal “adopte as medidas cabíveis para que os órgãos públicos federais competentes, com urgência, declarem a intervenção na concessão da Enel ou a caducidade do contrato em vigor”. O documento cita a “incapacidade (da empresa) de prestação de serviço essencial e indispensável à população, e à altura do que o contrato de concessão exige”.

Guto Volpi lembrou que diferentes bairros de Ribeirão Pires enfrentaram o apagão sem prazos, informações ou providências imediatas por parte da Enel. “Assim como aconteceu em cidades vizinhas, os moradores de Ribeirão Pires foram fortemente impactados pela queda de energia e pela má gestão dessa crise pela Enel. Tivemos o descaso da empresa diante de reiterados chamados pro-



UNIDOS. Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, discutiu ações com prefeitos da Região Metropolitana

tolados para restabelecer o fornecimento de eletricidade em nosso hospital municipal, que é prioridade. Foram

nove chamados ignorados e o serviço somente foi normalizado mais de 48 horas depois da queda de energia”,

destacou Volpi.

O documento elaborado em conjunto também pede ao TCU que tome providên-

cias para que sejam feitos aprimoramentos regulatórios que permitam “uma ampliação das ferramentas à disposição dos órgãos de fiscalização dos serviços”.

Por fim, a carta pede que “as concessionárias de distribuição de energia elétrica sejam obrigadas a ressarcir os consumidores, inclusive residenciais, industriais e comerciais, por prejuízos a eles gerados, pela suspensão do fornecimento de energia elétrica, incluindo lucros cessantes”.

“Não é razoável essa situação. Quatro dias desde o temporal e ainda temos cerca de 5.000 imóveis em São Bernardo sem energia – algo em torno de 250 mil residências na Grande São Paulo. Quem vai pagar pelos prejuízos? Falta mobilização, falta transparência, falta investimento necessário e sobra incompetência. A empresa se mostrou incapaz de prestar o serviço com eficiência. A intervenção se faz necessária de forma célere”, publicou, em rede social, o prefeito de São Bernardo, Orlando Morando. **da Redação**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 4